



CANCELADO
UFRJ revoga título de doutor *honoris causa* concedido em 1973 a Jarbas Passarinho, signatário do AI-5 e uma das vozes mais ativas da ditadura militar no Brasil

Página 6

ESPERANÇA: VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA UFRJ COMEÇA SEGUNDA-FEIRA (26) Página 3

TERRA CHORA PELAS ÁRVORES, MARES E MENTIRAS



As comunidades mais fortemente atingidas pela mudança climática são as mesmas prejudicadas por desigualdade de renda e de gênero, poluição do ar e muito mais. Essa verdade é válida ao redor do globo

KAMALA HARRIS
vice-presidente dos EUA



Neste 22 de abril, Dia Internacional da Terra, o **Jornal da AdUFRJ** abre mais uma vez suas páginas à Ciência e ao conhecimento, reafirmando o repúdio ao negacionismo que se instalou no Palácio do Planalto desde a posse de Jair Bolsonaro. No dia em que 40 líderes globais se reuniram na Cúpula do Clima, convocada pelo presidente norte-americano Joe Biden, mostramos que um sistema desenvolvido por pesquisadores da Coppe pode ajudar muito a combater as mudanças climáticas, principal tema do encontro internacional. Batizado de Ariel, o sistema usa embarcação autônoma e veículo aéreo não tripulado (drone) para identificar e monitorar vazamentos de óleo nos oceanos. Já testado com sucesso na Baía de Guanabara, esse sistema pode contribuir para rápidas respostas a emergências no mar.

Enquanto a Ciência nacional dá mostras de excelência e pujança, mesmo com os cortes de orçamento em pesquisa e sob ataques do governo federal à autonomia universitária, o presidente Jair Bolsonaro segue com sua rotina de mentiras e promessas vazias. Na Cúpula do Clima, já sem a presença de Joe Biden, o presidente fez um discurso bem distante das ações, muitas vezes criminosas, de seu governo. Prometeu zerar as emissões de gases do efeito estufa até 2050 e acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030. As promessas soariam alvissareiras, não fossem o contrário do que o governo fez em quase dois anos e meio de negligência e omissão em relação ao meio ambiente. O ministro da área, Ricardo Salles, aquele da boiada, está sendo investigado por acobertar desmatamento ilegal. **Página 7**

EDITORIAL

A VERDADE EXISTE OU É SÓ UM DISCURSO?

DIRETORIA

O atual governo parece acreditar de modo literal que a realidade não existe, apenas discursos arbitrários sobre ela. Parece acreditar que bastará produzir um texto com belas intenções e tudo se resolverá. Foi assim na Cúpula do Clima. Mesmo que a política internacional seja apenas um teatro, mesmo que, em grau maior ou menor, todos os chefes de Estado estejam ali desempenhando um papel, e que muitos não têm o compromisso efetivo com as políticas ambientais, há limites. E o atual governo não conhece esses limites. Aliás, nem outros. Afirma compromissos que vão na contramão de tudo o que vem ocorrendo no país nos últimos dois anos. As árvores estão no chão, as populações indígenas estão sendo dizimadas, as estruturas de fiscalização estão sendo desmontadas. Faz um ano que tivemos conhecimento da vergonhosa reunião ministerial em que foi popularizada a tática de “passar a boiada”. A Polícia Federal está sendo aparelhada para que não avancem as investigações, para que não sejam punidos os responsáveis pelo desmatamento ilegal na Amazônia. O senhor da morte caminha sobre os destroços da política ambiental brasileira, lê um texto para o mundo que o mundo sabe que é falso. Até onde caminhará com a farsa? Talvez seja suficiente, por algum tempo, demonstrar subserviência aos novos interesses dos Estados Unidos, mas onde estará o limite para um governo que se organiza e se sustenta em narrativas

Até onde caminhará com a farsa?

talvez seja suficiente, por algum tempo, demonstrar subserviência aos novos interesses dos Estados Unidos, mas onde estará o limite para um governo que se organiza e se sustenta em narrativas contraditórias, ou simplesmente mentirosas mesmo?

contraditórias, ou simplesmente mentirosas mesmo?

A mentira rege o governo Bolsonaro. A desfaçatez é o tom dominante. Até aqui, ele está se sustentando, barrando iniciativas de impeachment, avançando em sua pauta conservadora e armamentista, apesar de que não tanto quanto gostaria. O cabo e o soldado ainda não fecharam o STF. Na UFRJ, o Conselho Universitário deu mostras de que também não será fácil silenciar as universidades. Com larga votação, o título de doutor *honoris causa* para o tenente-coronel Jarbas Passarinho foi cancelado. Não há honrarias para quem escreveu seu nome na história do arbítrio, da exceção e da tortura. Essa é a trincheira principal que não podemos abandonar. Ainda que nos faltem recursos, ainda que tenhamos que enfrentar ameaças, seremos sempre a morada da liberdade de pensamento, de vocação crítica e destemida.

Mas nesses tempos sombrios de mentiras e inversões, nada mais cruel do que a aprovação do PL 5595/20, que define as escolas como atividade essencial. Mas não era com isso que sonhamos? A educação é essencial para a

vida nacional, não se constrói uma democracia sem educação de qualidade para todos. Mas, no país do bolsorismo, não. A decisão é para lançar compulsoriamente, a despeito de todas as evidências, uma enorme quantidade de crianças e jovens em salas de aula pouco ou nada aparelhadas para funcionarem em tempos de pandemia. Assim como a inclusão dos profissionais da Educação no grupo prioritário de vacinação obedece tão somente a uma retórica de fundo negacionista. O que esperamos para planejar uma possível volta às atividades presenciais? Em primeiro lugar, um parecer consistente sobre qual momento isso pode acontecer sem gerar ainda mais disseminação do vírus. E, tão importante quanto, precisamos de aporte de recursos para a adaptação e preparação do ambiente escolar. É irresponsável abrir escolas que sequer disponibilizam água e sabão para seus alunos. No caso da UFRJ, qual o custo para a instituição se adaptar às atividades dentro de protocolos seguros de funcionamento? Mas, no governo das inversões, o que recebemos é a notícia do corte de recursos orçamentários que comprometem até mesmo as atividades mais básicas.

Por isso, na semana em que a AdUFRJ completa 42 anos, lembramos que não chegamos até aqui cuidando apenas de nós mesmos. Se hoje ainda temos uma carreira e um sistema de pesquisa nacional que tenta resistir aos ataques que vem sofrendo é porque várias gerações antes de nós construíram de modo organizado e coletivo projetos e propostas que deixaram de ser retórica e se materializaram em conquistas.

Hoje temos uma ocupante da presidência da Capes que é a sua própria desmoralização. Segue a tendência de perversões e inversões que moldam as ações do governo. Não nos iludamos: não haverá possibilidade de paz num governo que nos escolheu como inimigos. Mas não poderia ser diferente. Para nos moldarmos a esses tempos, teríamos que renunciar a tudo aquilo que nos faz ser o que somos. Portanto, lutar contra esse governo é apostar na Ciência, na democracia, na defesa da vida. Seguiremos, hoje mais do que ontem.

PRÉDIO DA REITORIA SOFRE SEGUNDO INCÊNDIO EM MENOS DE 5 ANOS

Mais um incêndio de grandes proporções voltou a atormentar a comunidade da UFRJ, que ainda chora a tragédia no Museu Nacional, ocorrida em 2018. Na terça-feira, 20, as chamas destruíram a sede da Procuradoria Federal, localizada no segundo andar do prédio da reitoria. Não houve feridos. Foi a segunda vez em menos de cinco anos que o edifício sofreu com as chamas: em outubro de 2016, o fogo atingiu o oitavo andar.

A reitoria informou que abrirá sindicância para apurar a causa do incidente, que gerou imediata solidariedade nas redes sociais. E também críticas aos sucessivos cortes orçamentários que limitam as ações preventivas da universidade.

Em dezembro de 2019, um levantamento apresentado pelo coordenador de Projetos Contra Incêndios da Universidade, professor Roberto Machado, mostrou que seriam necessários R\$ 317,4 milhões para acabar com todos os problemas da UFRJ acumulados em anos. O valor supera o atual — e reduzido — orçamento discricionário anual da instituição, de R\$ 303 milhões.

E cada incêndio aumenta a conta. “Há suspeita de danos a um dos pilares. Por isso, a reitoria vai destinar recursos para escoramento da área. A Procuradoria será transferida para outro local do pré-

dió”, afirmou o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha.

A Superintendência de Tecnologia da Informação, embaixo da Procuradoria, não foi atingida pelo fogo, mas pela água usada pelos bombeiros para controlar o incêndio. “Já estamos iniciando o trabalho de levar os servidores para o CCMN. Vamos precisar tirar todos os equipamentos”, completou o vice-reitor.

Ao lado da Procuradoria, funcionava o Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU, que reúne um dos acervos mais preciosos do país, com projetos de Sergio Bernardes, Jorge Machado Moreira e Oscar Niemeyer, entre outros grandes arquitetos. A diretora Andrea Queiroz Rego ainda não pôde fazer uma avaliação das perdas. “Ainda não temos o levantamento detalhado, porque a área está interditada. Mas temos certeza de que nosso grande acervo histórico está preservado, porque tivemos acesso a fotos tiradas logo após o incêndio”, disse a professora.

Diretor do Museu Nacional, o professor Alexander Kellner informou que processos relativos à unidade pegaram fogo, mas nada que atrase o cronograma de reconstrução do palácio, na Quinta da Boa Vista. O docente afirmou que eventuais perdas podem ser recuperadas sem dificuldades, pois são documentos também digitalizados. (Silvana Sá)



■ NO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO desta sexta-feira (às 10h, com reprise às 15h), os professores Eleonora Ziller e Felipe Rosa, diretores do sindicato, comentam a polêmica indicação de Cláudia Toledo para a presidência da Capes, o início da vacinação dos profissionais da Educação da UFRJ e a revogação do título de doutor *honoris causa* ao ex-ministro Jarbas Passarinho, entre outros temas. No quadro Café com Ciência e Arte, Felipe Rosa conversa com sua colega do Instituto de Física, a professora Erica Polycarpo.

Vacinação de profissionais da UFRJ começa dia 26

> Professores, técnicos, terceirizados e contratados que atuam na universidade podem ser vacinados a partir de segunda-feira. Faixa etária vai de 45 a 59 anos. No CAP, imunização já começou

FERNANDO SOUZA

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Profissionais que atuam na UFRJ, com idade entre 45 e 59 anos, começam a ser vacinados contra a covid-19 a partir da próxima segunda-feira, dia 26. Esta fase do calendário está prevista para acontecer até 29 de maio. Todas as categorias — professores, técnico-administrativos, terceirizados e contratados — estão incluídas no cronograma. A Secretaria Municipal de Saúde, no entanto, alerta que o calendário pode atrasar por falta de doses. Só há estoque suficiente até sábado, 24. Para não paralisar a imunização, um novo lote de doses precisa ser entregue à cidade ainda nesta semana.

A vacinação dos profissionais da UFRJ pode ser realizada em qualquer posto de saúde da prefeitura do Rio. Todos os servidores devem apresentar os três últimos contracheques. Aqueles que trabalham para empresas prestadoras de serviço deverão apresentar uma declaração da universidade como forma de comprovação de vínculo com a UFRJ. É o caso dos profissionais de limpeza, segurança, manutenção dos campi e contratados de outros setores. A declaração funcional estará disponível nas unidades em que os terceirizados e contratados trabalham.

Na faixa etária, de 45 a 59 anos, a universidade tem 1.743 professores do ensino superior, 33 professores do Colégio de Aplicação e 3.257 técnicos. A reitoria ainda faz o levantamento de quantos terceirizados e contratados poderão ser beneficiados nesta etapa da imunização.

Desde o começo da semana, as empresas terceirizadas, unidades acadêmicas e decanias estão repassando à administração central as listagens com os nomes completos, documentação e data de nascimento dos seus profissionais. O procedimento permite à reitoria fazer a triagem de quais trabalhadores terceirizados estão na faixa etária indicada para a imunização. As declarações são feitas pelo gabinete da reitoria e enviadas aos locais de trabalho.

SEM AGLOMERAR

A universidade não vai montar postos extras de vacinação. A imunização continua sendo coordenada pela Secretaria



CALENDÁRIO DA SEMANA

DIA	PÚBLICO
26 de abril	Mulheres com 59 anos
27 de abril	Homens com 59 anos
28 de abril	Mulheres com 58 anos
29 de abril	Homens com 58 anos
30 de abril	Mulheres com 57 anos
01 de maio	Homens com 57 anos

O calendário será atualizado semanalmente pela Secretaria Municipal de Saúde e seguirá as idades em ordem decrescente.

QUEM PODE VACINAR

Professores da UFRJ do ensino superior e da educação básica, servidores técnico-administrativos, trabalhadores terceirizados e contratados.

ONDE SE VACINAR

Nos postos de saúde da prefeitura, de segunda a sábado (inclusive feriados), e nos drive-thrus da UFRJ (Fundão, Praia Vermelha, Sambódromo), sempre aos sábados a partir das 8h.

DOCUMENTOS

Identificação com foto, carteira de vacinação (se tiver), três últimos contracheques comprovando vínculo com a UFRJ. Terceirizados e contratados devem apresentar declaração assinada pela UFRJ (a declaração ficará retida na unidade de saúde). As declarações serão enviadas pela reitoria às unidades em que esses profissionais são lotados.



Municipal de Saúde. Para evitar grandes deslocamentos e aglomeração em transportes coletivos, todos os profissionais — efetivos e terceirizados — deverão buscar as unidades de saúde mais próximas de suas casas. Apenas os postos drive-thru da UFRJ seguirão em funcionamento, sempre aos sábados, a partir das 8h.

MACAÉ

Professores, técnicos e contratados que atuam no campus Macaé e no Nupem e moram na região, devem seguir o calendário de vacinação da prefeitura local. Lá, por enquanto, a vacinação alcança a segunda dose em idosos de 68 e 69 anos e a primeira dose em idosos de 62 anos. É preciso realizar um cadastro no site da prefeitura e aguardar o cronograma. Na data estipulada, a pessoa precisa apresentar o QR code gerado e um comprovante de residência.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Os professores do Colégio de Aplicação tiveram a vacinação adiantada pela Secretaria Municipal de Saúde. No sábado passado (17), aqueles com 55 anos ou mais puderam comparecer a um posto de saúde para tomar a primeira dose da vacina. No dia 24, será a vez dos de 50 anos ou mais. “Muita ansiedade e muita vontade de tomar a vacina”. Este é o sentimento do professor Fábio Garcez Carvalho, do CAP. Ele dá aulas de história e revela que

além do desejo de fazer parte de uma comunidade escolar imunizada, ele também anseia pela vacina porque adoeceu no ano passado.

“Passei cerca de um mês internado, em maio do ano passado. Passei 15 dias no CTI e outras duas semanas para me recuperar de uma segunda infecção. Em casa, demorei mais um mês para me recuperar”, relata. “Precisei fazer fisioterapia, tinha dificuldade de locomoção e um cansaço muito anormal”, lembra o professor. “Foi um período muito difícil. Vi e vivi um cenário de guerra no CTI, porque fiquei o tempo todo consciente”. Ele lembra. “Eu me vacino exatamente 11 meses depois da minha internação. Tenho muito o que comemorar”.

O calendário engloba todos os profissionais da educação básica, mas apenas os da rede pública. A diferenciação gerou revolta dos trabalhadores da iniciativa privada. O Sinpro-Rio, sindicato dos professores da rede privada carioca, declarou que os profissionais estão “chocados, estarrecidos e indignados”. “Esses são os sentimentos dos professores e professoras do setor privado do Rio de Janeiro, diante da recusa da prefeitura em dar início à vacinação dos profissionais da iniciativa privada”. Em nota, o sindicato ainda lembra que os professores da rede privada estão em atividade presencial desde outubro passado e que muitos faleceram em decorrência da covid-19.

PR-4 ainda sem solução para adicional de insalubridade

> Após cinco meses de negociações, última reunião entre reitoria e sindicatos termina em impasse. AdUFRJ e Sintufrj estudam entrar na Justiça para recuperar direito de docentes e técnicos

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br



“A pessoa não larga seu laboratório, mas a atitude tem sido de suspender o benefício. Há um quadro de amarração das regras, de excessiva rigidez”

PEDRO LAGERBLAD
Diretor da AdUFRJ

Pequenos avanços e nenhuma resposta satisfatória da administração central. Este foi o saldo de mais uma rodada da negociação entre reitoria e sindicatos, no dia 19, sobre os adicionais ocupacionais de professores e técnicos que trabalham expostos a agentes nocivos à saúde, especialmente aqueles relacionados à insalubridade. O encontro desta semana, quase cinco meses após o início das conversas, indica que a judicialização dos casos está cada vez mais próxima.

Centenas de profissionais da UFRJ se queixam de não receber os benefícios aos quais têm direito. Ou de não conseguirem recuperar os valores perdidos por motivos burocráticos. Já a reitoria argumenta que a concessão dos adicionais está limitada pelas normas regulamentadoras do governo federal e pela precariedade de condições do setor responsável pela emissão dos laudos. Faltam equipamentos para medição de determinados elementos nocivos à saúde e há poucas pessoas na equipe para dar conta das demandas de toda a universidade. A pandemia complicou ainda mais a situação.

“Algumas portas se entreabriram, mas não abriram inteiramente”, avaliou o professor Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ, sobre a reunião. Um dos caminhos negociados para destravar os processos é a possibilidade de a Procuradoria

exposição ao vírus dos técnicos de segurança do trabalho: “A equipe da CPST analisa o conteúdo do recurso. Não precisa ir lá no local. Isso pode ser feito a partir de agora”, completou.

BUROCRACIA RETIRA DIREITOS Pedro destacou elementos químicos ou situações de manipulação de animais que, segundo as próprias normas legais, dispensam aferição e deveriam justificar a concessão dos adicionais. Algo que não ocorre na UFRJ.

O diretor da AdUFRJ também questionou a perda dos adicionais quando o professor muda de lotação ou assume um cargo ou função administrativa, mesmo sem deixar de atuar no mesmo laboratório. “A pessoa não larga seu laboratório, mas a atitude tem sido de suspender o benefício. Há um quadro de amarração das regras, de excessiva rigidez”, criticou.

A partir das cobranças dos sindicatos, houve mais um pequeno progresso. Diretor da Divisão de Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho (DVSST), Lucas Padilha sugeriu uma reunião entre os sindicatos e os próprios técnicos e engenheiros responsáveis pela emissão dos laudos para que acelerar a garantia dos direitos de docentes e técnicos. “Aceitar um exame externo é o mínimo. O que não pode é o servidor não receber nada e continuar se expondo”, afirmou.

Coordenadora geral do Sintufrj, Neuza Luzia observou que os laudos já produzidos pela assessoria do sindicato respeitaram as normas do governo. E que a iniciativa também evita a

saúde. Mas não seria algo para agora. “Os funcionários não foram vacinados e não posso obrigar ninguém a fazer qualquer coisa”, disse.

COVID-19

O impacto da pandemia nos trabalhadores da UFRJ foi outro motivo de desavença na reunião. O Sintufrj questionou a reitoria por que vários técnicos que atuam na linha de frente contra a covid não estão recebendo o adicional de insalubridade em grau máximo. “Recebemos queixas diariamente. De pessoas que estavam afastadas e hoje estão no mesmo setor de quem recebeu a majoração”, disse Gerly Miceli, também dirigente do sindicato.

A PR-4 ficou encarregada de solicitar um levantamento de todos os profissionais envolvidos no combate à pandemia aos diretores dos hospitais e do Centro de Ciências da Saúde. O GT coronavírus da UFRJ também será consultado sobre o grau de exposição dos trabalhadores da linha de frente para apoiar a concessão do adicional em seu percentual máximo.

A concessão da insalubridade em grau máximo para os professores que estão envolvidos no combate à pandemia também tem sido uma das reivindicações da AdUFRJ desde dezembro. Em documento enviado à pró-reitoria de Pessoal, o sindicato cobrou ainda que não fossem cortados os adicionais dos docentes que mudam de lotação ou assumem cargo de chefia, entre outras demandas. “A CPST pareceu mais sensível e vamos renovar os pedidos, mas também devemos man-

ter a estratégia da ação judicial”, disse Ana Luísa Palmisciano, advogada da AdUFRJ.

A assessora jurídica observou que o sindicato já tem promovido algumas ações judiciais individuais para os docentes que fazem esta opção. “Conseguimos desfecho positivo para a maioria dos casos”, afirmou. Os interessados devem procurar o plantão jurídico remoto, que funciona às terças e quintas-feiras. Para agendar um horário, o sindicato deve enviar e-mail para atendimentojuridico@adufrrj.org.br ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672.

REITORIA RESPONDE

Vice-reitor da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha fez uma avaliação positiva do encontro: “Apesar de não haver, em alguns casos, soluções definitivas, houve avanços profundos na metodologia e, principalmente, na forma de atuar da CPST”, disse. “A reitoria pretende trabalhar sempre de acordo com a legalidade, mas garantindo os direitos daqueles que se expõem ao risco durante suas atividades laborais”.

O dirigente destacou como exemplo a concessão da insalubridade em grau máximo para quem está na linha de frente contra a covid. “Indagamos quais os casos que cumpriam as regras não foram concedidos e não havia uma listagem de demandas, mas ficou acertado que esses casos seriam encaminhados e, uma vez definidos que se incluíam nas regras, seriam concedidos”, observou. “Nas demais situações, houve encaminhamentos claros na forma de se abordar o problema”.

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) para o mandato de 2021 a 2024.

A nomeação de Isabela Andrade, uma das colegas de chapa de Ferreira Jr, como reitora, foi interpretada pelo docente como uma investida para desestabilizar as universidades, minando sua capacidade de gestão. “Que sentido faz escolher uma pró-reitora para ocupar o lugar do reitor?”, questionou o reitor eleito, hoje pró-reitor de Planejamento em Pelotas (RS).

Na Rural, o projeto eleito pela comunidade se mantém graças à posse, na terça-feira (13), de Roberto Rodrigues, um dos integrantes da chapa vitoriosa. Presente ao ato #ReitorEleitoÉReitorEmpossado, Rodrigues considerou que o estrangulamento financeiro é hoje a outra

vertente do silenciamento das universidades. “Estamos em 15 de abril e ainda não temos uma lei orçamentária sancionada. Isso está afetando todas as autarquias e a Rural não é diferente”, sublinhou. Para a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, as duas linhas de ataque à autonomia – por meio de cortes e de intervenções – expressam a visão de futuro do governo Bolsonaro para a educação superior. “O seu projeto é de destruição. Não é um projeto tecnocrático autoritário como do regime militar, não é um projeto elitista de excelência do Fernando Henrique, é um projeto de destruição da universidade”, resumiu. “A adesão à pauta da autonomia reflete um amadurecimento da unidade contra os ataques à Educação”

Nova presidente assume a Capes em meio a protestos

> Nomeação de Cláudia Toledo, reitora do Centro Universitário de Bauru, gera reação de entidades científicas e de aliados do presidente Jair Bolsonaro. Há até denúncia de plágio em tese de mestrado

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

A nomeação da advogada Cláudia Mansani Queda de Toledo para a presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na semana passada, vem gerando críticas tanto de entidades científicas e universidades, quanto entre a militância de direita que apoia o governo Bolsonaro. As entidades científicas têm apontado fragilidades no currículo da escolhida, identificando evidências de um perfil despreparado para chefiar o órgão que regula e fomenta a pós-graduação no país.

Por outro lado, a produção acadêmica de Cláudia é motivo de preocupação para alguns políticos da extrema-direita, como o pastor e deputado federal Marco Feliciano (Republicanos-SP). Em seu perfil no Twitter, Feliciano expressou seu descontentamento: “Em relação à nomeação da esquadropata Cláudia de Toledo como nova presidente da Capes (responsável pela formação de todos os professores universitários do Brasil), eu pedi ao @jair-bolsonaro que reavaliasse. Essa mulher defende tudo contra o que eu e ele lutamos desde 2013”, escreveu. Vice-líder do governo na Câmara, o pastor chegou a colocar o cargo à disposição.

Antes de ser nomeada pelo pastor Milton Ribeiro, ministro da Educação, a nova presidente da Capes era reitora do Centro Universitário de Bauru (CUB) — ex-Instituto Toledo de Ensino, de propriedade da família de Cláudia. Milton Ribeiro foi aluno do CUB. Ela pediu demissão uma semana antes da nomeação, e o fato de Cláudia ter se doutorado e ter sua carreira acadêmica vinculada à instituição da própria família tem sido visto com desconfiança. Cláudia é doutora em Direito pelo CUB, e viveu o constrangimento de dirigir a instituição quando, em 2017, o programa de pós-graduação foi

descredenciado pela Capes. Na última avaliação periódica do órgão, foi conferido ao programa nota 2, insuficiente para seu funcionamento. Após recurso, em uma segunda análise, a nota passou para 4.

Uma das instituições científicas mais respeitadas no país, a Sociedade Brasileira de Física (SBF) foi uma das primeiras entidades a divulgar, por meio de nota, a insatisfação com a nova presidente. Theresa Paiva, coordenadora da SBF, relata que certamente não há representatividade na escolha de Cláudia para o órgão. “A maior questão com a presidente da Capes é a falta de qualificação dela para exercer esse cargo”, disse. “Alguém que nunca tenha orientado alunos, e com tantas falhas no currículo? É um cargo técnico, não político. A Capes é responsável pela avaliação de todas as pós-graduações do país, e não pode ficar nas mãos de alguém que não compreende a fundo a pós-graduação e o que é fazer pesquisa no Brasil”, explicou.

Para Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ e professor do Instituto de Física, o problema principal não é a nomeação em si, mas o momento escolhido para fazê-la. “Claro que não estou elogiando a nomeação, é um problema quando uma agência de fomento tradicional e grande como a Capes tem como presidente alguém que não tem o currículo condizente, mas essa troca ocorrer às vésperas da avaliação quadrienal, uma das principais atividades da Capes, é um escárnio”, defendeu. “Mostra realmente o desprezo com que o governo trata a Ciência e a Tecnologia. É realmente um descalabro”, disse.

Cláudia Toledo divulgou, no mesmo dia em que foi nomeada, uma carta de intenções. “Na Presidência da Capes, desenvolverei meus melhores esforços para honrar a confiança em mim depositada pelo governo federal e pela comunidade de pós-graduação, com base no diálogo, na transparência e na legalidade”, diz o documento. Para Felipe, é



CLÁUDIA ao lado do ministro Milton Ribeiro, ex-aluno da CUB, de Bauru

positiva a publicação da carta. “O fato de ela ter publicado essa carta é muito mais do que outras indicações do governo Bolsonaro fizeram nos seus respectivos cargos. Mas não vamos também enganar sobre isso, a gente não deve ser ingênuo de achar que todas essas intenções são de fatos planos para a Capes”, afirmou.

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) não se manifesta sobre nomeados para cargos administrativos pelo governo (nacional, estadual ou municipal), mas sim sobre as pautas dos nomeados. Para Luiz Davidovich, presidente da ABC e professor do Instituto de Física da UFRJ, é urgente recompor o orçamento da Capes: “É preciso recuperar o programa de bolsas, que tem papel essencial no fomento à pós-graduação. E, claro, é necessário recompor o orçamento do MEC e reverter a política de terra arrasada em relação às universidades públicas, que, com o orçamento previsto para 2021, param de funcionar antes de junho”.

Na quarta (21), a Sociedade Brasileira para o Progresso da

que mudam o interlocutor, fica difícil discutir dessa maneira”, afirmou.

Sobre a nomeação de Cláudia Toledo para presidência, a pró-reitora acredita que o grande problema é que a comunidade acadêmica não se sente representada pela presidente. “Os pares não se sentem representados, seja pelo histórico, seja por não ter uma participação relevante na Ciência nacional”, disse. “Ela pelo menos tem ideias progressistas. O que o Feliciano quer é colocar um retrógrado, porque sempre pode piorar”, avaliou.

FRAUDE NA DISSERTAÇÃO

Segundo reportagem do jornal O Globo, a dissertação de mestrado de Cláudia Toledo inclui ao menos três trechos praticamente idênticos a outras publicações, sem que houvesse citação. Batizada de “O ensino jurídico no Brasil e o Estado Democrático de Direito”, foi defendida na PUC-SP em 2008, e há trechos inequivocamente copiados de outras fontes sem a devida citação.

Um exemplo, na página 86, que fala sobre a Lei de Diretrizes Básicas da Educação: “A principal divergência era em relação ao papel do Estado na educação. Enquanto a proposta dos setores organizados da sociedade civil apresentava uma grande preocupação com mecanismos de controle social do sistema de ensino, a proposta dos senadores previa uma estrutura de poder mais centrada nas mãos do governo”. Em 2006, alguém já havia publicado na Wikipedia exatamente o mesmo trecho.

A PUC-SP respondeu, por meio de nota: “Até o presente momento, a PUC-SP não recebeu nenhum questionamento sobre qualquer atividade da egressa na universidade. Em seus 75 anos de história, a PUC-SP preza pela excelência acadêmica da produção de seus discentes. A universidade não compactua com eventuais posturas ou ações que estejam fora da regularidade”.

INTERVENÇÃO NAS UNIVERSIDADES

#REITOR ELEITO É REITOR EMPOSSADO

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Mais de cinquenta entidades sindicais e estudantis, entre elas a AdUFRJ, participaram do ato político-cultural #ReitorEleitoÉReitorEmpossado em defesa da democracia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A “live” ocorreu na quinta-feira, 15. A Rural foi a 22ª instituição de ensino a sofrer intervenção do governo federal no processo eleitoral para reitor. O encontro

virtual reuniu ainda dirigentes eleitos, mas não nomeados de outras universidades.

“Como atingir uma universidade? Dominando o processo de escolha de seus dirigentes”, avaliou Ricardo Berbara, primeiro colocado, mas não empossado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). “As universidades, a ciência e os movimentos sociais – principalmente os ligados aos setores públicos como o sindical e estudantil – se tornaram obstáculos a serem abatidos

para que um conjunto de políticas pudesse ser implantado”.

Os “preteridos” por Bolsonaro analisaram as intervenções nas universidades como um esforço para calar críticas. “Na UFPEL, nós sofremos uma clara retaliação, o Pedro [Hallal, reitor anterior] foi chave no embate com o governo federal pelo enfrentamento da pandemia, lideramos várias frentes de pesquisas”, avaliou o professor Paulo Ferreira Jr., escolhido pela comunidade e pelo Conselho Universitário da

SANÇÃO PRESIDENCIAL NÃO ENCERRA VIA-CRÚCIS DO ORÇAMENTO

A UFRJ aguardava a sanção presidencial à lei orçamentária anual — no dia do fechamento desta edição — com um misto de incerteza e apreensão. Não exatamente pelo documento, que, já se sabe, será bastante ruim para o funcionamento da universidade: depois da proposta do governo

e a tramitação no Congresso, a instituição perdeu R\$ 71 milhões em relação ao ano passado. A expectativa é com os próximos passos da equipe econômica de Bolsonaro.

“Esperamos entrar em maio com o orçamento liberado, mas ainda não sabemos em que con-

dições”, disse o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. De acordo com o dirigente, depois da sanção do presidente, é preciso verificar como será editado o decreto de programação orçamentária, o instrumento que estabelece o cronograma de execução mensal de

desembolso do Poder Executivo. “Estamos recebendo um dezoito avos do orçamento até agora. Imediatamente esperamos receber um doze avos. Mas há questões ainda não definidas: será que vão liberar todo o orçamento? Vão contingenciar? Isso só saberemos no decreto”, completou Raupp.

No dia 21, uma alteração aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 reforça as preocupações da comunidade acadêmica. “O governo poderá ‘trocar’ verbas discricionárias por obrigatórias e isto, sim, vai impactar nosso custeio”, afirmou o pró-reitor. (Kelvin Melo)

UFRJ revoga título de doutor *honoris causa* de Jarbas Passarinho

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

O Conselho Universitário da UFRJ revogou nesta terça-feira (20) o título de doutor *honoris causa*, concedido em 1973, ao tenente-coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, na ditadura militar. Passarinho cunhou uma frase célebre dos anos de chumbo, ao defender as medidas de perseguição política impostas pelo mais duro ato institucional do regime inaugurado pelo golpe de 1964. Na reunião do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 1968 que decretou o AI-5, dirigindo-se a Costa e Silva, ele disse: “Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”.

Por 34 votos a 2, com 8 abstenções, os conselheiros consideraram que o militar não estava à altura do título que já foi concedido a personalidades nacionais e internacionais como Alexander Fleming, Oscar Niemeyer, Albert Sabin, Bidu Sayão, Paulo Freire, Gabriel García Márquez, Carlos Drummond de Andrade, Ernesto Cardenal, Dom Hélder Câmara, André Malraux, Gilberto Freyre, Heitor Villa-Lobos, John Kennedy, Barbosa Lima Sobrinho, Carolina Maria de Jesus, Charles de Gaulle, Lucio Costa e Desmond Tutu.

Em 2015, o Consuni revogou o título de doutor *honoris causa* que fora concedido em 1972 ao general Emílio Garrastazu Médici, o mais repressor dos presidentes militares, de cujo governo Jarbas Passarinho foi



ROBERTO BARROSO/ABR - AGÊNCIA BRASIL

“Às favas, sr. presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”

JARBAS PASSARINHO
Signatário do AI-5



REPRODUÇÃO

PASSARINHO recebe a medalha da Ordem do Mérito Militar em 1968

ministro da Educação. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) tentou revogar o título de doutor *honoris causa* que concedera, também em 1973, a

Jarbas Passarinho. Mas a moção de revogação não foi aprovada por um voto — necessitava de 50, mas teve 49 votos dos conselheiros.



DOIS ANOS DE OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

O Observatório do Conhecimento completa dois anos. O cenário de cortes no orçamento, as perseguições no ambiente acadêmico, a retórica de ataque às universidades e à ciência se intensificaram nesse período.

O Observatório é uma rede nacional que reúne associações e sindicatos de professores de universidades públicas de todo o país. Ele nasceu sob forte influência da AdUFRJ e surgiu a partir da preocupação com o aumento dos ataques à Ciência e o crescimento dos cortes orçamentários.

Duas das mais importantes frentes de ação da rede são denunciar perseguições à liberdade acadêmica e acompanhar de perto os temas relacionados às universidades, em especial no Congresso Nacional.
#ConhecimentoObs
#2AnosAindaMaisUrgente

> UFRJ desenvolve sistema autônomo de identificação e monitoramento de manchas de óleo nos oceanos. Modelo já foi testado com sucesso na Baía de Guanabara

KIM QUEIROZ
comunica@adufjr.org.br

O meio ambiente pede socorro, a Ciência busca soluções. Para alertar e evitar uma ameaça constante do homem à natureza, pesquisadores da Coppe/UFRJ estão desenvolvendo um sistema que monitora o vazamento de óleo nos oceanos. Batizado de Ariel (da sigla em inglês *Autonomous Robot for Identification of Emulsified Liquids*, que em português significa “robô autônomo para identificação de líquidos emulsificados”), o sistema integra uma embarcação autônoma e um veículo aéreo não tripulado (drone). Desenvolvido no Laboratório de Controle e Automação, Engenharia de Aplicação e Desenvolvimento (Lead) da Coppe, o projeto foi testado no mar com sucesso em dezembro, no Rio de Janeiro.

“A ideia foi evoluir uma tecnologia que já existia, para chegarmos mais perto das manchas de óleo, por meio de um sistema autônomo que juntasse barco com drone”, conta Alessandro Jacoud, coordenador do projeto. Professor do Programa de Engenharia Elétrica da Coppe, Alessandro diz que as imagens captadas por câmeras fixas na costa muitas vezes geram informações equivocadas. A combinação desses dois veículos busca um monitoramento com maior precisão, sem que as imagens sejam desestabilizadas pelo balanço do mar. O drone, equipado com câmeras térmicas, decola do barco para detectar a existência e a posição das manchas de óleo. “O barco então recebe essa localização e se desloca até ela. Através de um outro sensor, ele confirma, ou não, esse vazamento, e envia essa informação para



SOBRE O MAR



as equipes de resposta e emergências”, explica o docente.

Contratado pela Repsol Sinopec Brasil e financiado com recursos da cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o projeto é fruto de uma parceria da Coppe com as empresas TideWise e Farol. “A Farol cuida da parte logística e legal da operação, como, por exemplo, a que altura o drone pode voar. A TideWise, criada por ex-alunos da Coppe, forneceu o barco para fazermos o pouso do drone e levar o sensor para detectar óleo”, comenta Alessandro. Os engenheiros da Coppe no Lead são os responsáveis pela interface do software, para que o computador “converse” com o drone e possa realizar as tarefas desejadas.

Segundo os pesquisadores, a intenção é que haja a menor quantidade de operadores possível. “Queremos que o barco seja capaz de sair de onde está ancorado,

com o drone já em cima, vá até o local da avaliação, que o drone então decole, faça sua missão e consiga voltar até o barco”, descreve Wenderson Serrantola, engenheiro pesquisador contratado pela Coppetec. No teste realizado em dezembro, na Marina da Glória, a equipe foi bem-sucedida no seu objetivo. “O drone foi capaz de decolar, buscar óleo na região pré-determinada, voltar ao barco e fazer o pouso, de forma 100% autônoma. Sem a necessidade de nenhum operador para fazer essa atividade, o que é um grande diferencial do projeto”, completa.

Assim como toda tecnologia, o sistema lida com limitações, a exemplo da bateria do drone. “O tempo necessário para que o drone consiga fazer toda a sua rotina de tarefas dura em torno de dez a 15 minutos de voo, e após essa execução ele pouso no barco. Mas a duração da bateria ainda impede que ele faça voos com mais de 30 minutos”, diz Levi Resende, que também atua como engenheiro pesquisador contratado pela Coppetec. Ele aponta que as modificações na concepção inicial do drone também afetam a vida de sua bateria. “Quando a gente aumenta a carga do drone, reduzimos também a autonomia da bateria”, lembra.

Outro fator crucial para a bateria é a velocidade de voo do drone, que pode chegar a até 70 quilômetros por hora. “Se

a gente voar o drone na sua velocidade máxima durante o monitoramento, vai exigir um esforço muito grande dos motores, porque em alto mar o vento é bem forte. E isso diminui bastante a bateria”, afirma Levi. Por questões de segurança, a equipe inicialmente delimitou o alcance dos voos de monitoramento para raios menores, de 200 a 300 metros, para validar a sua utilização. “Mas sabemos que poderíamos fazer voos com raios de um a dois quilômetros com certa tranquilidade e segurança, mantendo a visibilidade do drone a olho nu, e a certeza de que ele iria fazer a atividade com segurança sem que a bateria acabasse”, completa o engenheiro.

Alessandro Jacoud ressalta o interesse de conectar esse sistema à varredura feita por satélites, que pode chegar a 200 quilômetros quadrados. “A fase 2 desse projeto é juntar essas informações locais, detectadas com o drone e a embarcação, com as informações captadas por satélite, que são menos precisas mas abrangem áreas muito maiores”, comenta. Segundo ele, o destino dessas informações ainda não está definido. “No futuro, a ideia é que a empresa que for comercializar o sistema ofereça essas informações para empresas de resposta a emergências, que irão até os locais indicados para conter os vazamentos de óleo”, finaliza.

COM MAIS MENTIRAS E DE PIRES NA MÃO

Em seus quase dois anos e meio de governo, o presidente Jair Bolsonaro não moveu uma palha a favor do meio ambiente. Ao contrário: o desmatamento acelerado da Amazônia e os incêndios no Pantanal, apenas para citar duas catástrofes, moveram o Brasil para o posto de pária internacional na seara ambiental. Mas quem ouviu hoje o discurso de Bolsonaro na Cúpula dos Líderes Sobre o Clima, convocada pelo presidente norte-americano Joe Biden, deve ter achado que o governo brasileiro virou sócio do Greenpeace. Eivado de mentiras e distorções, o discurso de Bolsonaro enalteceu feitos não realizados e ainda cobrou “justa remuneração” pelos “serviços ambientais prestados” pelo Brasil ao planeta. O anfitrião Biden saiu do encontro antes do discurso de Bolsonaro, que foi o último a falar entre os integrantes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Na contramão de sua inação

e, em alguns casos, estímulo ao desmatamento desenfreado na Amazônia, o presidente brasileiro fez algumas promessas que exigirão, se sinceras, uma guinada radical na forma como seu governo lida com o combate às mudanças climáticas. Uma delas é ousada. Ele anunciou a antecipação para 2050 do prazo para que o Brasil zere as emissões de gases de efeito estufa, antes previsto para 2060. Para alcançar a meta, Bolsonaro assumiu o compromisso, diante de outros 39 líderes globais reunidos na cúpula, de “eliminar o desmatamento ilegal até 2030”. Vai ter que combinar o que é “ilegal” com seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, um contumaz apoiador de madeireiros e alvo de uma notícia-crime junto ao Supremo Tribunal Federal (veja box ao lado).

As promessas de Bolsonaro passam bem distante da realidade. Só em 2020, o Brasil viveu um aumento de 13% no desmatamento do Cerrado, uma destrui-

ção de mais de 25% do Pantanal, e o maior desmatamento da Amazônia em dez anos. Além disso, sob a batuta de Salles, desidratou as equipes de fiscalização de órgãos como o Ibama e o ICM-Bio. Mesmo diante de tantas evidências, Bolsonaro ainda reivindicou dinheiro para atingir as metas propostas — em carta ao governo norte-americano, ele pediu US\$ 10 bilhões anuais.

Entrevistado pela Globonews pouco após o discurso de Bolsonaro, Ricardo Galvão, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), demitido em 2019 por defender a Ciência contra o negacionismo, apontou as contradições na fala presidencial. “Todas as ações do governo federal são contrárias ao que ele pregou em seu discurso. Desde o início de seu governo, Bolsonaro viu o Inpe como um empecilho, uma pedra no sapato, por levantar e divulgar dados confiáveis que contradiziam seu discurso. O governo Bolsonaro virou as costas para a Amazônia, enfraqueceu os órgãos de fiscalização. Entre falar e fazer tem um mar no meio”, disse Galvão.

(Alexandre Medeiros)

SALLES, O DA BOIADA, É INVESTIGADO



O superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, enviou ao Supremo Tribunal Federal uma notícia-crime contra o ministro Ricardo Salles e o senador Telmário Mota (Pros-RR). Saraiva alega que Salles cometeu os crimes de obstrução de fiscalização ambiental, advocacia administrativa e embaraço de investigação contra organização criminosa, favorecendo madeireiros flagrados praticando desmatamento ilegal na Amazônia. No dia seguinte à entrada do processo de Saraiva na Corte (15), o diretor-geral da PF, Paulo Maiurino, demitiu Saraiva e colocou o delegado

Leandro Almada no seu lugar.

No dia 19, o subprocurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado, pediu ao STF o afastamento do ministro do Meio Ambiente, sob alegação de risco às investigações contra desmatadores. O pedido foi feito no âmbito da notícia-crime movida por Alexandre Saraiva. Segundo Lucas, a manutenção de Salles no cargo de ministro pode retardar ou dificultar a realização da apuração dos fatos, causar novos danos ao meio ambiente, interferir indevidamente nas operações e inviabilizar a cobrança das multas decorrentes de infração ambiental. “Ao contrário do que se esperava da atuação do ministro, ele vem atuando, segundo narrado na notícia crime, em defesa dos interesses dos madeireiros que realizaram as extrações ilegais e criminosas”, diz trecho da manifestação assinada por Furtado. (Kim Queiroz)

NOTAS

VIVIAN RUMJANEK, PROFESSORA EMÉRITA



Por unanimidade e aclamação, o Conselho Universitário decidiu na terça-feira (20) pela concessão do título de emérita à professora titular aposentada Vivian Mary Barral Dodd Rumjanek, do Instituto de Bioquímica Médica. Vivian ingressou na UFRJ em 1992, por concurso público, e lecionou na graduação e na pós-graduação. Carioca, Vivian passou boa parte da sua formação na Inglaterra, onde fez mestrado e doutorado na Universidade de Londres.

Membro titular da Academia Brasileira

de Ciências, da Sociedade Brasileira de Imunologia e da British Society for Immunology, com atuação nas áreas de Imunologia Celular e Imunologia Tumoral, ela teve papel fundamental no desenvolvimento da pesquisa clínica no Instituto Nacional de Câncer (Inca). Criou, em 2000, o Programa de Oncobiologia da UFRJ, reunindo mais de 300 pesquisadores de várias instituições de ensino e pesquisa do país.

Relatora do processo de concessão do título, a professora Cláudia Martins destacou outro aspecto fundamental do trabalho de Vivian Rumjanek: ela foi a idealizadora do primeiro curso de extensão de Biociências para surdos da UFRJ, em 2009, uma parceria entre o Instituto de Bioquímica Médica da universidade com o Instituto Nacional de Educação de Surdos.

CONSUNI APROVA PDI ATÉ 2024



Depois de 15 anos sem definir um Plano de Desenvolvimento Institucional, a UFRJ aprovou por unanimidade o PDI para os próximos quatro anos. A votação ocorreu na terça-feira (20), em sessão do Conselho Universitário.

O PDI define metas acadêmicas e de gestão até 2024, e sua construção foi coletiva. Durante 40 dias, uma consulta pública

recebeu sugestões da comunidade interna e externa. Mais de 500 sugestões foram recebidas.

“Esse novo PDI é o produto de uma construção coletiva, reflete a UFRJ da atualidade e como a instituição pretende avançar. Parabéns à toda a comunidade acadêmica e aos colegiados superiores”, resumiou a reitora, professora Denise Pires de Carvalho.